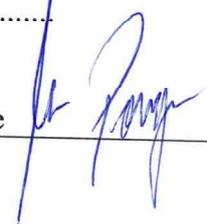




CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 1124/2022	Entrada: 27.05.2022 Hora: 10h46min
Natureza: MOÇÃO Nº 11/2022	Ordem do dia: 30/05/2022
Autores: Adalberto de Oliveira Noronha e signatários	Despacho: <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO <input type="checkbox"/> REJEITADO <input type="checkbox"/> ENCAMINHE-SE <input type="checkbox"/>
Bancada: PT	Presidente 
Assunto: Moção de Repúdio	

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal
N e s t a

O Signatário Vereador Adalberto de Oliveira Noronha, Bancada do PT, requer, nos termos regimentais, a consignação nos anais da Casa, com envio à Câmara dos Deputados, a MOÇÃO de REPUDIO à PEC 206/2019, que “Dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.

A PEC 206/2019 abre espaço para a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, isso expressa um descaso e afronta a maioria da população brasileira que não tem condições financeiras de custear o ensino superior.

Cabe destacar que a cobrança de mensalidades nas universidades públicas é uma orientação dos organismos internacionais do grande capital, essa proposta, também, estava dentro do projeto do Future-se que foi rejeitado pela grande maioria das universidades públicas do país. Tal medida está na direção da Reforma Administrativa e reforça o propósito do governo federal de desmonte dos serviços e do funcionalismo público no país.

A universidade pública e gratuita é um espaço amplo de discussão e de acesso a pessoas, que já formou inúmeros profissionais das mais diferentes áreas e classes sociais.

Considerando que o acesso à universidade pública é garantido em nossa constituição federal, a PEC 206 é mais uma prova de que o governo federal tem como objetivo impossibilitar o acesso à educação pública desde o ensino básico até o superior. A



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

solução para os problemas presentes nas universidades públicas não é a cobrança de mensalidade nas universidades, mas sim um forte investimento do Estado nas mesmas e na educação pública, a única forma de reduzir as desigualdades sociais é proporcionar o conhecimento e desenvolvimento de uma nação.

O governo federal deve colocar em pauta a taxaçoão das grandes fortunas, uma das formas de financiar a educação e políticas públicas para o povo brasileiro.

Enviar também a todos os parlamentares da bancada gaúcha no Congresso Nacional.